

As polícias militares merecem respeito

José Vicente da Silva Filho questiona artigo publicado pela coluna "Profissão Polícia" e defende a atuação pacificador das polícias no país

José Vicente da Silva Filho

14 de julho de 2020

DIVULGAÇÃO/PMESP



A Polícia Militar de São Paulo forma soldados atualmente em um prazo de dois anos

O bairro do Capão Redondo, com seus 340 mil habitantes na zona sul da capital paulista, não difere muito das periferias das grandes cidades brasileiras, seja em Fortaleza ou Rio de Janeiro, com todas as mazelas sociais, as dificuldades de vida, de emprego e moradia, desordem urbana. Em 1998 foram registradas 195 vítimas de homicídio no distrito policial local, na maioria jovens, pobres e negros que se matavam por ali. Em 2017, foram registradas 26 vítimas e o índice de 75,3 mortos por 100 mil habitantes caiu para 7,7. Quem deixou de morrer nessa queda de 89,7% foram, principalmente, jovens, pobres e, em sua maioria, negros. Na periferia da zona leste, o bairro Cidade Tiradentes (230 mil habitantes) teve o índice de 70,5 reduzido para 5,9% no mesmo período, poupando as vítimas de sempre. Uma facção criminosa, como dizem alguns, não poderia ser responsável por essa redução notável da violência, que caiu também em bairros de classe média e em praticamente todos os municípios que formam os 45 milhões de habitantes do estado. É bem provável que a prisão de mais de dois milhões de criminosos e apreensão de meio milhão de armas pela Polícia Militar, nesse período, reposicionando o custo-benefício do crime, deu uma ajuda a esses jovens.

Em artigo nesta *Fonte Segura*, o sargento da Polícia Militar de Santa Catarina Elizandro Lotin de Souza e o capitão da Polícia Militar da Paraíba Fábio França desconsideram esse papel pacificador e investem contra as polícias, especialmente as militares, chegando a afirmar que elas constituem “uma forma de controle social sobre as classes menos favorecidas” e que essa polícia “serve para a proteção do capital privado, ameaçado por todos os lados pelas classes perigosas”. É uma rara manifestação, em policiais militares, de concepções tão caras à esquerda, em que é comum esse tipo de crítica com uso raso de conceitos de Foucault.

Consideram ainda que o modelo que pode ter influenciado as atuais polícias militares em seus primórdios seriam as *slaves patrol* no século XIX nos Estados Unidos, que perseguiram e violentavam negros. Não há, ao menos em São Paulo, uma só referência dessa suposta influência. Aliás, há registros de parlamentares escravagistas da província de São Paulo reclamando que integrantes da força policial da época se recusavam a perseguir escravos fugitivos. No caso de São Paulo a influência decisiva foi a de duas missões do exército francês entre 1906 e 1914, que instituíram a cultura de treinamento com a criação de escolas de formação e produção de manuais, mas, sobretudo, fomentaram o desenvolvimento do peso institucional da então Força Pública.

Para fundamentar esse suposto direcionamento subserviente às elites da sociedade e contra as classes vulneráveis, tomam a PM paulista como exemplo, tirando conclusões a partir de uns poucos casos isolados, um deles ocorrido há 23 anos. E acabam por transformar uma habilidosa ação de contenção de um agressor num condomínio de luxo, que acabou preso, na representação da submissão ao poder das elites. Estranho, para esses padrões, que em 1906 o comandante da Força Pública – nome anterior da atual Polícia Militar do Estado de São Paulo –, coronel José Pedro de Oliveira, fosse um negro de origem pobre. Aliás, como pobre, de origem mestiça de negro e índio, o coronel Pedro Dias de Campos que também comandou a instituição e fez estágio nos exércitos da Alemanha e França por volta de 1912 e de lá trouxe o escotismo para o Brasil, criando um núcleo de escoteiros em cada unidade da Força Pública para atender os jovens mais vulneráveis da época.

A criticada Polícia Militar de São Paulo hoje forma o soldado em dois anos com 2.602 horas-aula, com destaque para 192 horas de direito penal, 96 horas de Direitos Humanos e Ações Afirmativas, 24 horas de mediação e resolução de conflitos. E, desde 2009, todo coronel tem mestrado e doutorado profissionais criados no Centro de Altos Estudos de Segurança para habilitar a gestão estratégica da instituição. Policiais que se excedem no uso abusivo da força não constituem padrão da instituição, que demitiu 129 deles em 2019 (0,2% do total), exceções em 30 milhões de contatos variados de policiais feitos ao longo de cada ano.

Os autores ainda fazem uma incrível e incompreensível incursão por uma “lógica psicanalítica” que poderia estar regulando a conduta desses policiais. Os conceitos e reflexões desenvolvidos por Freud na psicanálise foram direcionados para compreensão de indivíduos e não autorizam extrapolar para contextos sociais e organizacionais, nem como mera hipótese.

Não há dúvidas que nossas polícias precisam de aperfeiçoamento constante em sua eficiência e cuidados em relação aos direitos humanos, mas é injusta e incorreta a depreciação genérica através de críticas enviesadas que fazem das exceções retrato para qualificar toda a instituição. Nossas PMs – com seu peso de quase 80% dos efetivos policiais dos estados – vêm desenvolvendo um relevante trabalho civilizatório de manutenção da ordem e contenção da criminalidade, num quadro desafiador de dramas sociais e fragilidades no sistema de justiça criminal. Mesmo com piores salários e condições mais precárias de trabalho, as PMs, à exceção da Polícia Militar de São Paulo, fizeram apenas 52 (7,28%) das 715 greves policiais ocorridas entre 1998 e 2018, ficando mais ao lado da sociedade que as outras. Segundo dados obtidos em junho de 2020 pela Paraná Pesquisas, 62% das pessoas com até o ensino fundamental não consideram a PM violenta, contingente típico das periferias onde essa instituição estaria, segundo Lotin e França, aplicando sua cultura de “violência e combate aos menos favorecidos”. As Polícias Militares merecem mais respeito do que críticas, principalmente as injustas.

José Vicente da Silva Filho

Coronel reformado da Polícia Militar de São Paulo, foi consultor do Banco Mundial e secretário nacional de segurança pública (gestão FHC). É mestre em psicologia social pela Universidade de São Paulo e professor do Centro de Altos Estudos de Segurança da PMESP

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q-7as9i-47nyy-mz874-u6e7o-csibj-mrcnm-7tfxr-4mcp7-4kytq-z8r62-tnhnb-s5myy-3pmpy-8fma6-b2uqs-76dju-pjg68-sjpf6>

